



O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E A FRONTEIRA AGRÍCOLA DO CENTRO-NORTE DO PAÍS

Eduardo Schiavone Cardoso

Resumo

O objetivo do trabalho é identificar os fluxos migratórios que partem do Rio Grande do Sul com destino aos estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins. Esta porção do território brasileiro tem se caracterizado por um acelerado processo de transformações no espaço agrário e urbano, decorrente do avanço da chamada fronteira agrícola, dentre outros fatores sociais e econômicos. Pretende analisar os fluxos migratórios que se originam no Rio Grande do Sul em direção às áreas recentes de expansão da fronteira agrícola pelos cerrados do norte e nordeste do país. Busca compreender, de um lado os distintos processos de emigração e seus sujeitos em suas motivações e condições de deslocamento e, de outro lado, o processo de instalação e transformação nas novas localidades. A análise dos dados censitários se complementa com os estudos de caso identificados no estado de origem dos migrantes e ao longo do trabalho campo nos estados de destino, realizados em duas incursões nos anos de 2012 e 2013, além daquelas referências presentes na bibliografia específica. Buscam-se assim os elementos para o entendimento da dinâmica migratória oriunda do Rio Grande do Sul e seu reatamento nas áreas de expansão da fronteira agrícola do nordeste e norte do país, identificando as trilhas do deslocamento e a questão da reprodução social e econômica dos produtores rurais e demais migrantes.

Palavras-chave: Migração. Fronteira agrícola. MATOPIBA

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é identificar os fluxos migratórios que partem do Rio Grande do Sul com destino aos estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins. Esta porção do território brasileiro tem se caracterizado por um acelerado processo de transformações no espaço agrário e urbano, decorrente do avanço da chamada fronteira agrícola, dentre outros fatores sociais e econômicos.

Alguns dos protagonistas de tais atividades são migrantes sulistas, especialmente produtores rurais gaúchos em um processo de deslocamento pelo território brasileiro e sul-americano que se inicia em meados do século vinte. Há cerca de três décadas a direção deste movimento aponta para as áreas de cerrados entre as regiões norte e nordeste do país, configurando um novo destino para as pessoas e mais uma fronteira de expansão do agronegócio no Brasil.

Nessa perspectiva, pretende analisar os fluxos migratórios que se originam no Rio Grande do Sul em direção às áreas recentes de expansão da fronteira agrícola pelos cerrados do norte e nordeste do país. Busca compreender, de um lado os distintos processos de emigração e seus sujeitos em suas motivações e condições de



deslocamento. De outro lado, o processo de instalação e transformação nas novas localidades.

A análise dos dados censitários se complementa com os estudos de caso identificados no estado de origem dos migrantes e ao longo do trabalho campo nos estados de destino, realizados em duas incursões nos anos de 2012 e 2013, além daquelas referências presentes na bibliografia específica, das quais podemos elencar as temáticas atinentes aos processos de expropriação dos agricultores gaúchos e expansão do chamado agronegócio, os processos de ocupação e colonização engendrados ao centro-oeste e norte do país e os processos de migração pelo território brasileiro ao longo do século XX.

Buscam-se assim os elementos para o entendimento da dinâmica migratória oriunda do Rio Grande do Sul e seu rebatimento nas áreas de expansão da fronteira agrícola do nordeste e norte do país, identificando as trilhas do deslocamento e a questão da reprodução social e econômica dos produtores rurais e demais migrantes.

O presente texto é uma versão resumida do trabalho que compõe a coletânea “Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil”, organizada pelo Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves.

A FRONTEIRA AGRÍCOLA E DEMOGRÁFICA

A área de estudo se caracteriza como a área de expansão do agronegócio pelo Centro-Norte do país e abrange a porção oeste do estado da Bahia, sudoeste do Piauí, sul do Maranhão e leste do Tocantins. Esta porção corresponde às áreas limítrofes das antigas macrorregiões nordeste e centro-oeste do Brasil, quando o estado do Tocantins – posicionado na atual macrorregião norte ainda era parte do território goiano. A sua denominação e correspondência espacial difere da expressão Meio-Norte, tradicionalmente empregada para identificar as áreas de transição entre o nordeste árido e o norte úmido, nos estados do Piauí e Maranhão. Optou-se por tal denominação de modo a evitar o uso das expressões que empregam as siglas dos quatro estados para identificar a área, resultando nos termos Matopiba, Mapitoba, Bamapito, Pitomaba, Tomapiba, entre outros, de acordo com a conveniência de cada autor.



Algumas características favoráveis quanto às condições naturais, tais como: terrenos planos e extensos, presença de solos potencialmente produtivos, disponibilidade de água e clima propício no tocante às temperaturas, umidade e insolação, aliado aos preços das terras, relativamente mais baixos do que os de outras regiões agrícolas do País, propiciaram um incremento do uso agrícola, com a abertura das fazendas, expansão e intensificação das áreas de cultivo. As condições de logística para o escoamento da produção, a pequena densidade das redes de transporte e comunicação e a ausência de parte do setor de serviços tem sido apontado como fatores desfavoráveis para um maior incremento no ritmo de expansão do agronegócio na região.

Verifica-se um processo acelerado de crescimento da produção agrícola, com políticas públicas e privadas voltadas para o incremento das redes regionais, aliadas ao já histórico processo de desenvolvimento de tecnologias para a correção, adubação e manejo dos solos, obtenção de variedades adaptadas às baixas latitudes, lançamento de cultivares e definição de formas de manejo que contribuíram para a expansão do agronegócio nas áreas do cerrado brasileiro. A área em questão configura-se como uma das frentes de expansão do agronegócio, em um processo que implica na ampliação das áreas de cultivo e em um incremento demográfico, redimensionando os arranjos de fixos e fluxos regionais.

Ao caracterizar assim a área, tem-se clareza de que as formas mais recentes da produção do agronegócio ocuparam e ocupam um território já apropriado social e economicamente, e não um espaço vazio. Nesse sentido, os processos sociais e econômicos diferem-se das concepções clássicas de frente e franja pioneira e configura-se como uma área de contato entre processos diversos de uso dos recursos, atividades econômicas e de práticas sociais (MONBEIG, 1984; VELHO, 1981; MARTINS, 1997).

Os estados do sul do Brasil passam a ter importância nessa dinâmica, tornando-se nas últimas décadas locais de origem de migrantes para as demais regiões do Brasil e para os quatro estados em questão.



A POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DA AGRICULTURA NO CENTRO-NORTE DO PAÍS

Partindo de uma escala genérica, a área de destino de parte dos migrantes sulistas pode ser definida como sendo os estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia. Em 1991, a população dos quatro estados somava pouco mais de 20.300.000 habitantes, correspondendo a cerca de 14% da população brasileira. O censo de 2010 apontou quase 25.100.000 moradores, pouco mais de 13% do total dos brasileiros residindo nos estados em questão. Em termos percentuais, o incremento no período é de cerca de 24% no total da população dos quatro estados.

Se a soma do incremento populacional dos quatro estados é menor do que a taxa do total do país no período, que atingiu 30%, individualmente o comportamento se diferencia entre estados com taxa de incremento populacional menor, como a Bahia e a Piauí – cerca de 18% e 20% respectivamente e aqueles com incremento superior, como Maranhão – 33% e Tocantins – 50%. Entretanto com maior ou menor diferença, o comportamento de todos é superior ao incremento de cerca de 17%, verificado no Rio Grande do Sul.

Em termos específicos, podem ser definidas as porções do território dos estados em questão mais afeitas aos processos de investigação propostos nesse trabalho. Assim destacam-as as mesorregiões Oriental do Tocantins – TO, Extremo Oeste Baiano – BA, Sul Maranhense – MA e Sudoeste Piauiense – PI, para um maior detalhamento das dinâmicas de crescimento demográfico. No conjunto essas mesorregiões abrigavam em 1991 um total de 1.376.507 habitantes, distribuídos por 15 microrregiões e 23 municípios baianos, 28 em Tocantins, 13 maranhenses e 37 piauienses.

O censo de 2010 contabiliza 1.912.121 habitantes para as quatro mesorregiões, representando um incremento de quase 39% no número total de residentes em relação a 1991. Tal incremento se apresenta diversificado em termos mesorregionais, conforme presente na Tabela 1, onde se observa também o acréscimo de mais de 50 novos municípios no período, sendo 25 criados no Piauí, 18 no Tocantins, 6 no Maranhão e 1 na Bahia.



Tabela 1 – Variação da população nas mesorregiões selecionadas – 1991 - 2010

Mesorregião	População 1991	Número de municípios 1991	População 2010	Número de municípios 2010
Oriental do Tocantins	264.534	28	512.859	46
Extremo Oeste Baiano	450.221	23	579.253	24
Sul Maranhense	223.325	13	308.393	19
Sudoeste Piauiense	438.427	37	511.616	62
Total	1.376.507	101	1.912.121	151

Fonte: IBGE, 2014

Tomando como parâmetro o incremento populacional brasileiro entre 1991 e 2010, verifica-se que a mesorregião Oriental do Tocantins cresce quase 3 vezes mais que a taxa nacional, as mesorregiões do Extremo Oeste Baiano e Sul Maranhense situam-se próximas a esta taxa, com pequenas variações para baixo e para cima, ao passo que a mesorregião Sudoeste do Piauí apresenta uma taxa bem inferior.

Em termos microrregionais, vislumbra-se que o incremento populacional da mesorregião Oriental do Tocantins é decorrente do alto crescimento demográfico da microrregião de Porto Nacional, tendo em vista que o incremento demográfico das duas outras microrregiões – Jalapão e Dianópolis situam-se em cerca de 23% e 15%, respectivamente.

No caso do Extremo Oeste Baiano, a microrregião de Barreiras apresenta um incremento de mais do que o dobro da taxa nacional, ao passo que as duas demais – Cotegipe (3%) e Santa Maria da Vitória (2%) encontram-se praticamente estagnadas do ponto de vista do crescimento populacional.

Para o Sudoeste Piauiense é a microrregião do Alto Médio Gurguéia que se aproxima da taxa de crescimento do país. As cinco demais se posicionam abaixo dessa taxa. No Maranhão a microrregião Gerais de Balsas teve um incremento populacional de cerca de 50%, seguida pela microrregião de Porto Franco (35%) e Chapadas da Mangabeira (20%).

Dentre os municípios com mais de 40.000 habitantes em 2010, destacam-se Balsas no Maranhão, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória na



Bahia, Palmas e Porto Nacional no Tocantins e Floriano no Piauí. Tomados separadamente, entretanto, revelam exemplos de dinâmicas demográficas extremamente distintas no período.

Palmas se estrutura como a capital do Tocantins e quase decuplica o número de residentes nesses 19 anos, passando de 24.334 para 228.332 habitantes. Porto Nacional - TO, no mesmo período tem um crescimento mais modesto, passando de 43.224 para 49.146 habitantes.

Santa Maria da Vitória – BA tem redução de 1.219 moradores entre 1991 e 2010, ao passo que Floriano – PI tem um acréscimo de 6.196 residentes. Tais alterações representam variações abaixo da taxa brasileira - um incremento percentual de pouco mais de 12 % para Floriano e negativa no caso baiano.

Os casos de Barreiras na Bahia e Balsas no Maranhão, podem ser considerados casos exemplares de um incremento populacional que se dá em centros regionais pré-existentes e que se dinamizam no período 1991 – 2010. Barreiras, contava com 92.640 habitantes em 1991, chegando a 137.427 habitantes no ano de 2007, enquanto Balsas salta de 41.648 para 83.528 habitantes no ano de 2010.

Por sua feita o município de Luís Eduardo Magalhães, cuja sede localiza-se no antigo lugarejo conhecido como Mimoso do Oeste, pertencente ao município de Barreiras, se emancipa no início da década de 2000 e chega em 2010 com 60.105 habitantes.

Como se observa, o incremento populacional em termos municipais é um reflexo da seletividade do processo de avanço da frente demográfica e econômica na área em questão, não necessariamente crescendo dinamismo à configuração demográfica precedente de todos os lugares. Para uma melhor clareza nesse sentido, seria importante acrescentar a análise dos processos de fragmentação territorial, que geraram os novos municípios nas mesorregiões em questão, fenômeno que foge ao objetivo dessa seção.

Além dos municípios citados acima, podemos destacar alguns municípios que apresentam incrementos demográficos próximos, ou acima da taxa nacional e podem indicar a manifestação seletiva do processo de crescimento da área em questão. Diferentemente do já colocado, tais municípios situam-se na faixa próxima aos 20.000 habitantes. São eles: Dianópolis em Tocantins, que passa de 14.022 para 19.112 habitantes no período de 1991 – 2010; Uruçuí (15.913 para 20.149) e Bom Jesus



(18.126 – 22.629) no Piauí; Estreito (23.031 – 35.835) no Maranhão; São Desidério (18.977 – 27.659) e Formosa do Rio Preto (15.418 – 22.528) na Bahia.

Estabelece-se assim uma aproximação dos eixos de crescimento populacional nas quatro mesorregiões selecionadas.

UMA APROXIMAÇÃO QUALITATIVA DAS TRAJETÓRIAS E DO MOVIMENTO

Como uma tentativa de entender a presença de migrantes gaúchos nas localidades tratadas ao longo das seções anteriores desse texto, serão apresentados os exemplos recolhidos por ocasião dos trabalhos de campo realizados em 2012 e 2013, quando foram visitadas algumas porções da área em questão. Nos dois momentos foram contatados migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, cujas trajetórias desvelam processos distintos relacionados ao ato de migrar e suas motivações. Serão utilizados também os relatos obtidos em entrevistas com residentes do Rio Grande do Sul, que participaram dos movimentos migratórios para as localidades em questão em épocas passadas e retornaram para as cidades de origem.

Por ocasião da viagem pelos municípios do leste do Tocantins e oeste da Bahia e de entrevistas realizadas no Rio Grande do Sul, foram encontrados migrantes gaúchos de procedência de municípios e regiões distintos do estado, tais como Uruguaiana – situada no sudoeste do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul e Santa Maria - nas áreas centrais do estado e Palmeira das Missões, Tapejara e Erechim – situados ao norte gaúcho, cuja característica em comum diz respeito à posse de um diploma universitário. Nesses casos, a migração se realiza pela possibilidade de exercer a profissão, obtida ao longo da escolaridade cursada no estado de origem.

Dentre as profissões foram contatados veterinários, agrônomos e engenheiros empregados de empresas – nacionais e transnacionais atuantes nas localidades de destino, em especial nos ramos voltados ao agronegócio e à mineração. Também foram contatados professores, especialmente do ensino superior, atuando no serviço público e outros servidores das esferas federal, estaduais e municipais.

Outro conjunto de migrantes configura-se naquele formado por trabalhadores dos ramos do comércio e dos serviços, que se instalam através da constituição de estabelecimentos próprios e que, podem ou não, estar atrelado à representação de



firmas e empresas maiores. Destacam-se nesse conjunto os estabelecimentos voltados aos segmentos das cadeias produtivas da agricultura e dos implementos agrícolas, porém encontram-se também outros ramos de estabelecimentos cujos proprietários e trabalhadores são gaúchos, tais como imobiliárias, restaurantes, comércio em geral e o ramo de hospedaria.

Dentre os estabelecimentos do setor terciário observam-se aqueles originários do Rio Grande do Sul e que abrem filias nos municípios onde a presença de migrantes gaúchos é grande, tais como o Sicredi – instituição financeira nascida de uma cooperativa de crédito criada no início do século XX para atender os produtores rurais gaúchos e que atua em diversos estados brasileiros, dentre eles o Tocantins.

Por vezes o nome do estabelecimento grava a localidade de origem, como a Agropecuária Passo Fundo ou a Ferragens Santo Cristo (nomes fictícios). Ainda com relação ao nome de batismo das firmas, em praticamente todas as localidades percorridas existem referências ao churrasco ou ao “espeto” do gaúcho, mesmo que o proprietário do estabelecimento seja brasileiro, paranaense, ou mineiro e os trabalhadores e clientes constituam uma amostra das distintas localidades do país, agrupados pelo cardápio oriundo do sul.

Há uma forte presença desses estabelecimentos nas áreas urbanas dos municípios com presença maior de migrantes gaúchos, destacados na seção anterior do presente texto, tais como Luís Eduardo Magalhães – BA, Bom Jesus – PI, Dianópolis – TO e Balsas – MA, assim como outros estabelecimentos com referências a produtos e hábitos oriundos do sul em geral e do Rio Grande do Sul em particular.

Encontra-se um terceiro conjunto de trabalhadores migrantes do Rio Grande do Sul, representado pelo trabalhador sem meios de produção e com baixa escolaridade, em parte desterrado na origem e que busca inserção no mundo do trabalho nos locais de destino. Podem ser considerados como parte do conjunto dos volantes e migrantes temporários, “peões de trecho” que circulam pelo país, embora em uma proporção reduzida, se comparada com outras localidades de origem desses trabalhadores e em atividades distintas do corte da cana, ou da produção do carvão, por exemplo.

É comum o fato de tentar a “sorte” e não a achando, retornar depois de um tempo ou ir mais longe para achá-la. Por vezes tal movimento vai a reboque de parte do grupo familiar, mais empenhado na mudança. Foi assim com um morador da região norte do Rio Grande do Sul, que foi e voltou do oeste baiano e continua buscando



trabalho em sua cidade de origem. Tem sido assim com gaúchos recém chegados nas áreas de expansão agrícola no Piauí, após as estadias pelo Mato Grosso e que trabalham no desmatamento, destoca e formação da fazenda, entre outros serviços temporários. No caso de possuírem alguma qualificação podem alçar um emprego duradouro, como tratorista, mecânico, eletricitista, ou outros e assim permanecem por um período mais prolongado nos novos destinos e mesmo se estabelecem de maneira fixa.

Dentre os conjuntos de migrantes gaúchos para o centro-norte do país, os produtores rurais assumem, indubitavelmente, a maior importância e significação. É a migração dos produtores rurais gaúchos o movimento principal que induz os demais deslocamentos e essa dinâmica redireciona um sistema de fluxos presente no território nacional há mais de seis décadas. No caso específico das áreas desse estudo, a presença de agricultores gaúchos data de cerca de trinta anos e dentre as localidades visitadas, o povoado de Nova Santa Rosa, no município de Uruçuí – PI, pode ser considerado um dos principais exemplos desse processo.

Trata-se de um povoado nascido da colonização desencadeado por uma cooperativa agrícola gaúcha - Cotrirosa, com arranjo espacial planejado em termos da agrovila, presença de um grupo de produtores relativamente homogêneo, que se desloca em um mesmo momento e inicia o processo de colonização de maneira parecida. Transferem-se em grupos familiares e, após o abandono do projeto pela cooperativa, procuram garantir sua permanência e reprodução social e econômica. Características mais específicas do processo de constituição desse povoado e da migração dos produtores podem ser encontradas nos trabalhos de Alves (2005 e 2009), bem como a constituição das redes de sociabilidade, construídas pelos migrantes gaúchos nas áreas de destino, se assemelham àquelas estudadas por Haesbaert (1997) no oeste da Bahia.

Nesse caso, a origem dos migrantes são as áreas localizadas próximas ao município e à microrregião de Santa Rosa, situada no Noroeste Sul-riograndense. Trata-se de uma parcela do estado que no século XIX recebe colonos europeus, especialmente provenientes das áreas da atual Alemanha e que em menos de um século seus descendentes retomam o movimento de deslocamento, nas correntes migratórias dos agricultores gaúchos pelo país.



A agrovila Nova Santa Rosa visitada no Piauí e pertencente ao município de Uruçuí se forma a partir de um grupo de migrantes gaúchos do início do século XXI, que se deslocam diretamente do sul para a nova localidade. Uma outra Nova Santa Rosa foi fundada há mais de cinquenta anos, no oeste paranaense, por colonos gaúchos de ascendência germânica. As ruas desse município foram batizadas com os nomes dos distritos da Santa Rosa de então – Tucunduva, Santo Cristo, Horizontina, Três de Maio, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA, 2014).

No Rio Grande do Sul, os distritos viraram município e desta porção do estado partem os fundadores da agrovila piauiense contemporânea. A eles somam-se os produtores rurais gaúchos e seus descendentes que transitam pelas áreas agrícolas do oeste, centro, nordeste e norte do país há quase um século. Assim, nas quatro mesorregiões em questão, encontram-se produtores rurais gaúchos oriundos de Goiás, do Mato Grosso, de Rondônia, do Paraná, entre outras localidades, e mesmo aqueles que por todos os trechos passaram.

Os motivos da migração desse conjunto de produtores perpassam questões ligadas à fragmentação da propriedade fundiária, mudança da escala e dos padrões de produção, expropriação decorrente dos processos de modernização da agricultura e da integração com as agroindústrias, colonização dirigida para a Amazônia, promovida pelo Estado e agentes privados, políticas de crédito, subsídios, dentre uma série de variáveis e fatores de transformação e organização do setor primário no Brasil. Os autores já elencados além de Santos (1993), Valverde e equipe (IBGE, 1979), Bernardes (1997), Bertrand e colaboradores (1987), fornecem elementos para a análise desse processo, que imprime transformações da estrutura e do arranjo espacial da produção primária no país e põe em movimento as classes sociais envolvidas (SINGER, 1995).

No caso dos migrantes em questão, a origem gaúcha, apesar de trazer elementos de identidade e homogeneidade, traz também diferenciações sociais e econômicas frente aos processos de produção.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar este artigo serão retomadas algumas das considerações presentes ao longo das seções em que o trabalho foi estruturado.

Constatou-se uma dinâmica demográfica desigual presente nas diversas escalas abordadas – território nacional, estados do Rio Grande do Sul, Tocantins, Piauí, Bahia e Maranhão, meso e microrregiões desses estados e municípios.

Diante dessa questão, o processo estudado se comporta de maneira extremamente seletiva na chegada – com sua territorialização definida em nível microrregional, quando não municipal.

Nas áreas de origem o processo se apresenta mais disperso, ainda que o Noroeste do Rio Grande do Sul compareça como uma mesorregião recorrente de naturalidade dos migrantes. Para o caso da agrovila Nova Santa Rosa identifica-se um grupo de migrantes oriundos de uma área que pode ser definida em termos microrregionais.

As transformações nas áreas de chegada se originam nas atividades agrícolas, porém são indutoras e desencadeiam mudanças em outros setores econômicos e na organização espacial mais ampla, nos arranjos espaciais de fixos e de fluxos e nas relações entre os espaços urbanos e rurais.

Na origem e na chegada a estrutura demográfica se altera, os grupos sociais se reestruturam, assim como os grupos de poder. Nesse aspecto a inserção dos migrantes gaúchos se dá de acordo com a participação diferenciada no processo produtivo e nas relações com os demais agentes econômicos. Observam-se assim fatores que inibem ou possibilitam uma vida social mais, ou menos, integrada e uma ação política mais, ou menos, abrangente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrária brasileira. **Agrária**, n. 2, p. 40-68, 2005.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. **Agrária**, n. 10/11, p. 73-98, 2009.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.



BERTRAND, Jean-Pierre, LAURENT, Catherine e LECLERCQ, Vincent. **O mundo da soja**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Brasiguaios**. São Paulo: CEM, Cadernos de Migração, n. 4, 1989.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Travessia – Revista do Migrante**. São Paulo: CEM, n. 15, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede Gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

IBGE. **A organização do espaço na faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, V. 1, 1979

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em ibge.gov.br, acesso - janeiro de 2014.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

OLIVEIRA, Luis Antônio Pinto e OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro (orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA. **Um pouco de história**. Disponível em novasantarosa.pr.gov.br, acesso – abril de 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta – do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 13ªed , 1995.

VELHO, Otávio. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.